

#### MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### Ata da 16<sup>a</sup>. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

## **Apresentação**

Este documento reúne questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 16ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, realizada no dia 21 de junho de 2005, na sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, DF, e que tratou da seguinte pauta: 1) Relatório da execução orçamentária e financeira de 2004; 2) Detalhamento das ações autorizadas para 2005; 3) Implicações da Lei da Inovação no âmbito do FVA; 4) Definição da política de aplicação dos recursos vinculados às linhas de crédito operadas pelo FVA, e 5) Outros assuntos.

## **Participantes**

Membros Titulares e Substitutos Presentes:

Luiz Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo do MCT, Presidente (Titular)
Alessandro G. Teixeira, representante do MDIC (Titular)
Fernando Cosme Rizzo Assunção, PUC/RJ, representante da comunidade científica (Titular)
José Roberto Drugowich, representante do CNPq (Substituto)
Paulo Alvim, SEBRAE (Substituto)
Rodrigo Costa da Rocha Loures, CNI, representante do setor produtivo (Titular)
Sérgio Machado Rezende, representante da FINEP (Titular)

Titulares ausentes (ausências justificadas):

Carlos Henrique Brito Cruz, UNICAMP, representante da comunidade científica (Titular) Erney P. Camargo, representante do CNPq (Titular) Luiz Carlos Barboza, representante do SEBRAE (Titular) Mário Bernardini, FIESP, representante do setor produtivo (Titular) Maurício Serrão Piccinini, representante do BNDES (Titular)

#### Convidados:

Aldo Pinheiro da Fonseca, Coordenador da SETEF/MCT(Assessor Técnico) Luiz Guilherme Oliveira, CNI Renato da Matta, FINEP (Assessora Técnica) Reinaldo Danna, MCT (Assessor Técnico) Elianne Prescott, SETEF/MCT (Secretária Técnica)

#### **Abertura**

O Presidente do Comitê Gestor, Prof. Luís Fernandes, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e relatou as justificativas dos membros ausentes. Em seguida, comunicou que o Sr. Sérgio Rezende, Presidente das Finep, iria coordenar a reunião em razão da necessidade de se ausentar da reunião, por força de compromissos urgentes.

Em conformidade à pauta, o primeiro assunto tratado referiu-se à exposição das agências sobre a execução orçamentária e financeira em 2004.

## Apresentação das agências

- **4.1. Apresentação da FINEP -** O Presidente da FINEP, Sr. Sérgio Rezende, tendo por base o documento *Balanço das ações em 2004 e perspectivas para 2005,* distribuído aos membros do Comitê, destacou, em relação ao desempenho do FVA em 2004, principalmente o seguinte:
  - Maior sintonia das operações com as políticas de Governo, em especial a PITCE
  - Ampliação e melhoria dos programas
  - Financiamento não-reembolsável: melhoria nos processos e redução dos prazos de contratação de projetos; melhoria do desempenho financeiro;
  - Financiamento reembolsável: ampliação e melhoria da carteira

Em relação aos programas, citou aqueles operados com recursos do FVA, como os de apoio à inovação em empresas; os de apoio às instituições científicas e tecnológicas (ICTs); os de apoio à cooperação entre ICTs e empresas e os de apoio ao desenvolvimento social. Entre os programas de apoio à inovação em empresas, destacou:

- PROINOVAÇÃO, voltado para o incentivo à inovação nas empresas brasileiras;
- PAPPE, para apoio à pesquisa em empresas, com apoio financeiro ao pesquisador na empresa e que vem possibilitando apoiar 540 empresas, em 19 estados da federação, que conta com uma participação financeira do FVA da ordem de R\$ 7,3 milhões;
- Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos/PNI, que em 2004 lançou duas chamadas públicas (MCT/CNPq/FINEP/Ação Transversal Programa Nacional de Incubadoras, em julho de 2004, e MCT/FINEP/Ação Transversal Parques Tecnológicos, em abril de 2004), permitindo contratar 18 projetos (12 e 6, respectivamente) que receberam a importância de R\$ 3.270.747,80 e 1.888.270,80, respectivamente, do FVA;
- Inovar, programa de incentivo ao capital empreendedor; e
- O programa Juro Zero, em fase de implementação, que visa ao financiamento a pequenas empresas inovadoras, de forma ágil e com redução da burocracia.

Entre os programas de apoio a instituições de ciência e tecnologia, mencionou as realizações no âmbito do *Programa de Modernização da Infra-estrutura das ICTs* - PROINFRA; do *Programa Nacional de Qualificação e Modernização dos IPTs* - MODERNIT -; e os programas que estão sendo formulados de *Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico* - PROPESQ - e o *Programa de Apoio a Instituições de Ensino Superior Privadas* - PIESP. No âmbito do MODERNIT foi lançada, como uma ação transversal, a chamada pública MCT/FINEP/Ação Transversal-Modernização Instit. 03/2005, e que permitiu a contratação de cinco projetos, com aporte de R\$ 4,67 milhões do CT-FVA.

Entre os programas de cooperação universidade/empresa operados pela FINEP em 2004 e que contaram com apoio do Fundo Verde-Amarelo, foram apresentados o COOPERA - *Programa Específico de Apoio à Cooperação entre ICTs e Empresas* que, por meio da chamada pública MCT/FINEP/Ação Transversal - Cooperativos 02/2004 selecionou dezenove projetos, os quais comprometeram um orçamento de R\$ 17,8 milhões, sendo R\$ 13,2 milhões do CT-FVA. Desse montante, R\$ 7,6 milhões foram liberados em 2004. No âmbito do *Programa de Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais - PPI-APL,* foram selecionados oito projetos, contratados na modalidade encomenda, com uma dotação de R\$ 6,6 milhões, dos quais R\$ 4,2 milhões oriundos do CT-FVA. Desses, R\$ 1,96 milhão foi liberado em 2004. O programa *ASSISTEC - Assistência e Consultoria Tecnológica de ICTs a Micro e Pequenas Empresas*, que incorpora o Progex e o Prumo, financiou 13 projetos por meio da encomenda Verde Amarelo - PRUMO/FINEP 2004, com orçamento de R\$ 8,6 milhões, tendo sido comprometido e liberado,

respectivamente, R\$ 4.8 milhões e R\$ 0.86 milhões dos recursos do CT-FVA .

Também apresentou os programas de apoio ao desenvolvimento social operados em 2004, como *PROSAB - Programa de Pesquisas em Saneamento Básico;* o *Habitare - Programa de Tecnologia de Habitação;* o *PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras Populares* e o *PROSOCIAL - Programa de Tecnologias para o Desenvolvimento Social* em processo de formulação. No âmbito do Habitare, por meio da chamada pública MCT/FINEP/Verde Amarelo - Habitare 02/2004, foram selecionados vinte e quatro projetos, que totalizaram R\$ 7,7 milhões, sendo R\$ 2,4 milhões do CT-FVA, com desembolso de R\$ 1,5 milhões em 2004.

O quadro abaixo resume as operações realizadas em 2004, conforme apresentado pelo Sr. Sérgio Rezende.

Quadro 1 - Operações realizadas em 2004 com apoio do CT-FVA

Chamadas Públicas	valor das chamadas (R\$ milhões)	nº propostas recebidas	valor das propostas (R\$	nº projetos aprovados	valores aprovados (R\$ milhões)
ICTo/Empresses		323	milhões) 174,6	93	
ICTs/Empresas	55,0		,		51,5
RBT	13,2	81	34,0	25	9,9
Modernização IPT 's	17,1	108	129,1	14	17,5
Software	8,5	102	69,0	15	9,3
Componentes	3,6	18	13,7	3	3,5
Habitare	3,0	67	-	24	3,8
TIB	17,5	196	75,2	41	16,7
Incubadoras	10,0	198	24,1	65	9,9
Parques	4,0	49	15,6	11	2,9
Total Ações	131,9	1.142	535,3	291	125,0
Transversais					
Amazônia	14,3	10	25,8	8	9,8
Info-Grade	3,0	28	13,4	6	2,9
Hidro	4,0	70	4,0	15	4,0
Total Ações	21,3	108	43,2	29	16,7
Verticais					
Total geral	153,2	1.250	578,5	320	141,7

Com relação às demais operações apoiadas com recursos do CT-FVA, inclusive aquelas de crédito, específicas do Fundo Verde-Amarelo, foi informado o seguinte:

- Ação de capacitação de recursos humanos: em 2004 foram concedidas 1.021 bolsas a projetos contratados. Dos recursos do CT-FVA, foram transferidos R\$ 7,6 milhões e R\$ 16,7 milhões para o CNPq nas ações (projeto/atividade orçamentário) de "Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica" e "Fortalecimento de Competência Técnico-Científica para Inovação", respectivamente.
- Subvenção econômica: em 2004 (Portarias ministeriais de novembro e pagamentos em dezembro) foram desembolsados recursos relativos aos exercícios de 2003 e 2004 (anos base de 2002 e 2003), no valor de R\$ 17,9 milhões (R\$ 9,3 milhões de 2003 e R\$ 8,6 milhões de 2004).
- Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital: essa ação prevê a participação da FINEP, de forma direta e indireta, no capital das empresas

de base tecnológica. A relação de empresas encontra-se disponível na Finep.

Na modalidade Participação em Fundos de Capital de Risco, das 5 chamadas realizadas, foram analisados 63 propostas, das quais, 13 foram aprovadas pela Diretoria da Finep. Dessas, duas foram arquivadas, após a aprovação, e quatro se encontram em investimento (Stratus VC, GP Tecnologia, SPTec e Rio Bravo Investech), que comprometeram R\$ 14,5 milhões em 2004, dos quais R\$ 7,6 milhões já desembolsados. Outras sete aguardam o fechamento da captação e envolvem R\$ 57 milhões.

O quadro a seguir apresenta a execução do CT-FVA em 2004, conforme exposição da Finep: Quadro 2 - Execução Orçamentário-financeira dos recursos do CT-FVA em 2004 - por projeto/atividade orçamentário

	Orç. Aprovado (a)	Orç. Comprometi do (b)	Taxas de Adm. e desp. Operacionais (c)	Total (b+c)	% execução (d/a)
CT-FVA	186	173,6	11,3	184,9	98,4
Fomento	101,6	94,6	6,3	100,9	99, <i>4</i>
Capacitação	22,8	21,1	1,4	22,5	98,6
Equalização	29,3	27,8	1,6	29,4	100,0
Subvenção	9,3	8,7	0,7	9,4	100,0
Garantia de	5,3	5,0	0,3	5,3	99,5
liquidez Particip. Capital	17,6	16,5	1,0	17,5	99,5

Fonte: FINEP, posição de 31/12/2004

A apresentação do Sr. Sérgio Rezende incluiu, também, informações sobre a situação da carteira de projetos financiados, à conta do CT-FVA desde o início da sua operacionalização. O balanço mostrou que somente no segundo semestre de 2004 foram contratados 486 projetos. Também, foi demonstrado que o prazo médio de tramitação de projetos na agência caiu para 33 dias, contra os cerca de 160 dias experimentado no primeiro semestre de 2004.

O Sr. Paulo Alvim destacou que as operações realizadas em 2004 apresentaram maior sintonia com as demandas do setor privado, o que foi acrescentado com uma observação do Sr. Sérgio Rezende de que houve também maior sintonia com as prioridades estabelecidas na Política Tecnológica, Industrial de Comércio Exterior/PITCE. Ainda com relação a essa questão, destacou, que esse resultado se deve aos ajustes aplicados às ações dos fundos, com vistas a ampliar a aderência à PITCE, garantindo maior foco às ações. Ressaltou, por outro lado, que os recursos disponibilizados só permitiram atender a 25% da demanda bruta, donde se conclui que há uma grande demanda reprimida. Respondendo a uma indagação do Sr. Alessandro Teixeira, informou que a demanda pré-qualificada é cerca de três vezes superior aos recursos disponíveis. Além disso, informou que trinta convênios aprovados em 2004 só puderam receber recursos no início de 2005. Sobre a execução financeira, destacou que há previsão de um aumento de performance, em 2005, superior a 20% em relação a 2004.

Com relação aos dados apresentados pela Finep, o Sr. Paulo Alvim, além de parabenizar pelo fornecimento prévio das informações, sugeriu que no futuro também sejam incluídos os valores de contrapartida alocados aos projetos contratados.

Sr. Alessandro Teixeira fez registrar que em março de 2006 deverá ocorrer um seminário voltado para PME, organizado pela OCDE, que abordará duas linhas: financiamento à inovação, *strito sensu*, e financiamento em geral (*lato sensu*). Também prevê a apresentação de *'cases'* de sucesso. O Brasil será o *'hosting'* do evento.

Continuando, o Sr. Sérgio Rezende ressaltou que para 2005 a expectativa é de que seja dada

continuidade às ações exitosas, buscando-se aumentar a aderência entre essas ações e a PITCE. Também, que se espera poder ampliar os prazos para elaboração e submissão de propostas, bem como de se ampliar a disponibilidade de recursos livres, na medida em que o volume de recursos autorizados para 2005 é superior ao disponibilizado em 2004. Sobre esse tema, informou que o orçamento global dos fundos em 2005, da ordem de R\$ 721,9 milhões, representa um aporte 20% superior ao de 2004. Quanto ao orçamento do CT-FVA em 2005, de aproximadamente R\$ 200 milhões, destacou que a expectativa é de não venha a ser contingenciado. De forma semelhante, também o orçamento dos fundos de Recursos Hídricos e Biotecnologia não deverão sofrer contingenciamento. Além disso, apontou que regulamentação da Lei da Inovação, em processo de regulamentação, acena com novas perspectivas de investimentos a P&D&I.

Continuando, já como uma proposta de instrumentos a serem operados pela Finep, como resultado do impacto da Lei de Inovação, apresentou o seguinte quadro:

Quadro 3 - 'Portfólio' de programas a serem estabelecidos como mecanismos de subvenção a serem operados pela Finep com recursos do CT-FVA :

CLIENTES	NECESSIDADES DOS CLIENTES	PRODUTOS FINEP	Descrição	MODALIDADE DE SUBVENÇÃO
médias e grandes empresas	financiamento do desenvolvimento de produto ou processo inovativo	PRO INOVAÇÃO	financiamento reembolsável à P&D com garantias reais	equalização de taxas de juros
micro e pequenas empresas	financiamento das atividades da empresa	JURO ZERO	financiamento reembolsável sem juros, sem burocracia e sem garantias reais	equalização de taxas de juros
micro e pequenas empresas	desenvolvimento de atividades inovadoras	PAPPE LINHA 1	apoio à P&D, plano de negócios e estudos de mercado	apoio financeiro não- reembolsável direto a pesquisadores
micro e pequenas empresas	desenvolvimento de atividades inovadoras	PAPPE LINHA 2	apoio à P&D, plano de negócios e estudos de mercado	apoio financeiro não- reembolsável direto a empresas

Das operações programadas para 2005, informou que já foram lançadas vinte chamadas de propostas relativas às ações transversais e vinte e três chamadas/editais de ações verticais de outros fundos. Informou, ainda, que o volume de recursos disponibilizado nessas operações foi da ordem de R\$ 641 milhões, sendo R\$ 424 do orçamento de 2005. Concluindo, informou que a última chamada prevista no cronograma de operações, planejado pelo MCT para 2005, especificamente voltada para apoiar projetos de cooperação ICT e PME foi publicada na data de hoje, 21 de junho de 2005.

A seguir, apresentou algumas ações a serem apoiadas 2005, a saber: i) relacionado PITCE, na área de software/microeletrônica, citou o aporte, com recursos da fonte 100 (recursos do Tesouro ordinário) de R\$ 8 milhões para o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada/CEITEC, no Rio Grande do Sul, que visa à produção de circuitos integrados de interesse de empresas nacionais, com impactos positivos previstos nas importações; ii) no âmbito das ações voltadas para o fortalecimento do sistema de C&T, citou o ProInfra, com aporte de R\$ 110 milhões, que já se encontra em fase de contratação de noventa e um projetos. Também citou a linha de apoio aos projetos estruturantes dos sistemas estaduais de C,T&I que vem recebendo apoio dos fundos setoriais e que conta com uma participação direta dos estados, como contrapartida.

**4.2. Apresentação do CNPq** - o representante do CNPq, informou alguns dados sobre as operações realizadas na agência, destacando: i) edital Redes de nanotecnologia, que apresentou

uma demanda bruta de 37 propostas na primeira fase, cujo julgamento está previsto para os dias 7 e 8 de julho próximo; ii) edital de apoio ao jovem pesquisador, com demanda bruta de 190 propostas e as chamadas para apoio a Recursos Humanos para Amazônia e na área de Inclusão social cujos prazos de submissão de propostas se encerram em julho próximo; iii) no âmbito do edital RHAE Inovação, restrito à empresa, informou que a primeira rodada já foi encerrada e recebeu uma demanda de 225 propostas, que implicam num orçamento de R\$ 25 milhões e envolvem cerca de 1.200 bolsas. A demanda apresentada pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste representam 16% da demanda bruta e comprometem menos de 20% dos recursos disponibilizados. As demais rodadas estão programadas para agosto e setembro, respectivamente 2ª e 3ª rodadas.

**4.3. Debate e Discussões -** Sobre os dados apresentados pelo CNPq, a respeito da baixa demanda de empresas das regiões N, NE e CO, conforme observado no edital RHAE, o Sr. Paulo Alvim destacou a importância de que o fato seja levado ao conhecimento do Fórum dos Secretários de C&T. O Sr. Alessandro Teixeira ressaltou, também, que esse fato seja comunicado ao Fórum de Desenvolvimento Industrial. O Sr. Fernando Rizzo apontou a necessidade de se rever os instrumentos de fomento, uma vez que uma profusão de editais inviabiliza a organização dos grupos de pesquisa. Sugeriu que seja adotado, como uma estratégia mais positiva, o sistema de fluxo contínuo ou de várias rodadas de edital

O Sr. Rodrigo Loures observou que, tendo por base o balanço apresentado pelas agências, verifica-se maior dinamismo, mas destacou que é importante sensibilizar o setor produtivo, que ainda está céptico, no sentido de melhorar a imagem da Finep junto aos empresários. Informou que a CNI está programando para os dias 15 e 16 de setembro um Congresso voltado para empresários, executivos, representantes de ICT´s, do governo e da mídia para discutir, entre outras finalidades, temas específicos de interesse da indústria brasileira e possibilitar, a partir da reunião de massa critica, identificar demandas, necessidades e oportunidades para a indústria nacional. E, nesse sentido, destacou que seria uma ótima oportunidade para a Finep apresentar suas linhas de financiamento aos empresários. O Sr. Sérgio registrou que a Finep tem interesse em participar e deverá colocar um 'stand' no evento, além de participar de mesas de debates.

# Item 2 da Pauta: Detalhamento das ações autorizadas para 2005

Dando continuidade à reunião, o Sr. Sérgio Rezende apresentou um quadro com as acões previstas para operação em 2005 que recebem aporte financeiro do CT-FVA . Ressaltou que essa programação está diferente da inicial, submetida anteriormente ao Comitê, em sua última reunião, tendo em vista a decisão de alocar mais recursos do CT-FVA em acões que quardam maior vínculo com o setor produtivo. Enfatizou que as acões programadas buscam vinculação aos Objetivos Estratégicos Nacionais, de forma a inserir a C&T na agenda do Governo. Para que essa estratégia dê certo, é importante que a indústria a apoie, visando dar maior visibilidade sobre a importância da C&T no desenvolvimento do País. Sobre esse assunto, o Sr. Rodrigo Loures defendeu a necessidade de se buscar junto aos órgãos responsáveis, um aumento no orçamento destinado à C&T, bem como sensibilizá-los sobre a necessidade de que esse não venham a ser contingenciados. O Sr. Alessandro Teixeira lembrou que isso seria possível por meio da Lei de Inovação, destacando que os recursos dos fundos setoriais já seriam instrumentos dessa Lei. Ressaltou que já foi acordado com a Receita Federal que os setores da PITCE seriam considerados e tratados como prioritários. Também, destacou a importância em se adotar, como foco estratégico para a aplicação de recursos do CT-FVA i) os setores da PITCE; ii) o apoio prioritário à PME inovadora e iii) o uso de instrumentos da Lei de Inovação. Ressaltou, ainda, sobre a importância de se estimular as indústrias atuantes em setores estratégicos e prioritários da PITCE para que participem de projetos de P&D&I. Para isso, lembrou, seria importante contar com apoio da CNI e do SEBRAE, inclusive, com suporte à elaboração de projetos.

O Sr. Fernando Rizzo citou a experiência levada a cabo na Inglaterra, onde se deu ênfase ao planejamento de médio e longo prazos, com cenários para 2, 4, 6, 8 anos.

Em seguida, o Sr. Sérgio colocou em discussão proposta de aplicação de recursos do CT-FVA em 2005 ao Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC. Também informou que a nova programação prevê um aporte maior de recursos do CT-FVA à ação Cooperação ICT 's - empresa. Sobre essa decisão, informou que se deveu à decisão de aumentar o volume de

recursos do CT-FVA em ações focadas em seus objetivos precípuos. Com relação à proposta de alocação de R\$ 10 milhões do CT-FVA em 2005 ao Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada/CEITEC, foi discutido e decidido o seguinte:

- Finalidade do aporte de recursos: apoiar a implantação do CEITEC, em Porto Alegre/RS, que se constitui em um centro, do tipo multi-usuário, capaz de oferecer serviços de projeto, prototipagem, fabricação e testes de circuitos integrados e de sistemas "on-chip" para equipamentos de informática, telecomunicações, automação, eletrônica embarcada e de consumo. Montado a partir da doação de uma linha de produção de circuitos integrados pela *Motorola Inc.* ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tem por propósito se constituir no primeiro centro de pesquisa, de desenvolvimento e de fabricação de circuitos integrados do País. A idéia é que o CEITEC venha a se constituir, a partir de 2006, em um instituto de pesquisa vinculado ao MCT. Incluído na PITCE, na medida em que se constitui em plataforma para o desenvolvimento na área de software/microeletrônica, seu estatuto prevê um modelo de gestão 'tripartide' e seu Conselho de Administração contempla a participação da FIERGS.
- Decisão do Comitê Gestor: para orientar a decisão do Comitê Gestor quanto à alocação dos recursos do CT-FVA ao CEITEC, será elaborado e encaminhado um documento detalhado sobre o Centro, contendo justificativas para esse aporte de recursos. A SETEF comprometeu-se em preparar esse documento e submetê-lo, eletronicamente, em prazo de 10 dias, ao Comitê para deliberação.

Após essa discussão, o Sr. Rodrigo Loures submeteu ao Comitê solicitação de apoio financeiro apresentada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná/FIEP. Conforme documento apresentado, a FIEP, em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBQP e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR busca apoio para a criação da *Escola Brasileira de Produtividade Sistêmica*, a ser oferecida na modalidade ensino à distância (via WEB) e voltada para a capacitação de gestores, empresários e industriais, notadamente para arranjos produtivos locais/APL´s, na metodologia da produtividade sistêmica. A idéia é disseminar, em âmbito nacional, o modelo desenvolvido no Paraná, em cooperação com a JICA e JPC-SED do Japão. A expectativa de aporte financeiro é da ordem de R\$ 14 milhões. Ficou decidido que o Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo irá avaliar a possibilidade de apoiar essa iniciativa, na modalidade encomenda, em 2006.

### Item 3 da Pauta: Implicações da Lei da Inovação no âmbito do CT-FVA

Esse item tratou de discutir modelos de instrumentos a serem operados pelo MCT no sentido de viabilizar a Lei de Inovação e tendo em vista os impactos esperados nos instrumentos ora operados, à conta do Fundo Verde-Amarelo, como por exemplo, os programas PDTI e PDTA, por força da regulamentação da referida Lei. Conforme esclarecimentos prestados pelo Sr. Reinaldo Danna, da Secretaria de Tecnologia do MCT, até o final de 2005 os programas PDTI e PDTA serão revogados; assim, novas empresas que busquem de mecanismos de subvenção econômica para investimentos realizados em P&D&I essas modalidades não estarão disponíveis. Já, as empresas atualmente beneficiadas, poderão optar se preferem manter ou não esse mecanismos de subvenção.

Conforme mencionado anteriormente, durante a exposição da Finep, o Sr. Sérgio Rezende apresentou, agora de forma mais detalhada, proposta de instrumentos a serem operados com apoio do Fundo Verde-Amarelo como resultado da aplicação da Lei de Inovação. Os programas

propostos foram os seguintes:

- 1. Subvenção ao Crédito por meio do Pró Inovação, será possível ao beneficiário abater encargos financeiros e opera de forma semelhante à equalização;
- Juro Zero essa linha, também de forma semelhante à equalização, mas dirigida à PME inovadora, possibilita reduzir parcela de juros, praticando taxas abaixo das praticadas pelo mercado;
- 3. No âmbito do programa PAPPE, a idéia seria criar 3 novas linhas: i) em articulação direta com as fundações de amparo à pesquisa (FAP's) dos estados, para operar de forma descentralizada, mas podendo envolver outros parceiros, seria voltada para conceder apoio direto ao pesquisador; ii) uma linha voltada para a PME inovadora, também com apoio direto ao pesquisador e iii) uma terceira linha voltada para empresas de qualquer porte, mas para atender demandas específicas de setores prioritários a serem selecionadas via encomenda. Essa última seria implantada a partir de 2006, após a regulamentação da Lei de Inovação.

Após essa exposição do Sr. Sérgio Rezende, discutiu-se aspectos relacionados ao conceito de subvenção. O Sr. Paulo Alvim defendeu a necessidade de se buscar mecanismos efetivos de oferecer subvenção direta à empresa, ao ponderar que instrumentos que visem conceder apoio aos pesquisadores não garantem investimentos da empresa em inovação. Ressaltou que por essas modalidade de instrumentos, não há garantia de que a empresa vá absorver esse pesquisador em seus guadros técnicos. Sugeriu que se vincule o benefício ao CNPJ da empresa. Sobre essa questão de natureza conceitual, o Sr. Alessandro Teixeira destacou que a Organização Mundial do Comércio proíbe determinadas formas de subvenção. Daí a necessidade de se adotar modelos de subvenção direta e indireta, particularmente para questões de C&T. O Sr. Paulo Alvim sugeriu que seja estimulado o poder de compra de P&D pelo Estado, bem como de que sejam privilegiados mecanismos de subvenção direta à empresa inovadora. Nesse sentido, o Sr. Sérgio Rezende citou os programas COOPERA (Programa de Apoio à Cooperação entre ICT's e Empresas) e o ASSISTEC (Programa de Assistência e Consultoria Tecnológica de ICTs a Micro e Pequenas Empresas) que poderiam ser caracterizados como de subvenção indireta às empresas. O Sr. Paulo Alvim destacou que esses programas deveriam contemplar o apoio financeiro, a fundo perdido, às empresas que participam de projetos cooperativos com ICT s, caracterizando-se efetivamente como mecanismos de subvenção direta, a exemplo do programa PIPPE do SEBRAE. O Sr. Fernando Rizzo ressaltou que seria importante garantir a participação da empresa na atividades de inovação.

Outro ponto discutido, referiu-se à necessidade de se estimular a empresa (os empresários) a buscar recursos/mecanismos de subvenção. Uma idéia proposta pelo Sr. Rodrigo Loures foi a de concentrar todos os instrumentos em um único, como o Juro Zero, reduzindo o leque de ofertas para facilitar e atrair o interesse do empresariado. Um indicador de que essa modalidade estaria atraindo investidores, citou, seria o aumento do número de consultas-prévias submetidas às linhas de fomento. O Sr. Sérgio Rezende não concordou com essa proposta. Sugeriu que as atuais linhas de equalização do CT-FVA possam ser caracterizadas como mecanismos de subvenção.

Entre as sugestões apresentadas, ficou acertado que entre os critérios exigidos para concessão de subvenção à PME é de que ela esteja inserida em algum APL ou cadeia produtiva, de forma que a empresa não esteja isolada. Essa exigência já é feita pelo SEBRAE em seus editais, conforme registrou o Sr. Paulo Alvim. Também foi sugerido que sejam exigidas garantias para aplicação do benefício concedido, estabelecendo um percentual para pessoal, alavancagem e formação de fundo de aval. Discutiu-se a pertinência de se buscar parceria junto aos bancos oficiais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica, e de desenvolvimento, como BNDES e os de ação regional, como Banco do Nordeste para constituição de fundos de aval.

O Sr. Reinaldo Danna ressaltou que está em discussão no Congresso Nacional a Medida Provisória MP 252 que prevê como mecanismos de subvenção o pagamento de até 50% da remuneração de pesquisadores, titulados em nível de mestrado e doutorado, qualificados, como complemento de salário, para empresas que venham a absorver esses pesquisadores. Essa modalidade de apoio não mais ser caracterizaria como bolsa de estudos. No entanto, os critérios ainda estão sendo definidos.

# **Outros assuntos**

A ata da 15 <sup>a</sup> Reunião foi aprovada por unanimidade.